Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 117, nº 1-12, janeiro-dezembro/1999, pp. 75-82

MACAU: A CIDADE CRISTÃ E A CIDADE CHINESA (SÉCULOS XVIII-XIX)

Leonor Seabra

Principais características urbanas:

Macau mantinha no século XVIII uma estrutura espacial idêntica à do período anterior. A área portuguesa desenvolvia-se entre a Igreja de Santo António, no Patane, o forte e a Igreja de S. Paulo e o mar. Aqui concentrava-se a população mais abastada, constituída essencialmente por mercadores e ainda alguns funcionários ligados ao governo, que permanecia instalado em S. Paulo. Portugueses e outros estrangeiros fixaram-se ainda junto dos núcleos conventuais de S. Agostinho, S. José e S. Lourenço. A Rua Central ligava a Sé à Igreja da Penha; mais tarde, prolongar-se-ia até à Barra, mas na primeira metade do século XVIII a ocupação processava-se somente até S. Lourenço. Aqui podiam observar-se nítidas características de periferia urbana, pois era frequente encontrarem-se, anexas às residências, grandes quintais e pequenas hortas. Entre S. Lourenço e o litoral, desenvolvia-se uma zona comercial, o Bazarinho, de apoio ao espaço residencial acima descrito. Este núcleo articulava-se através da Rua da Casa Forte com a Praia do Manduco, que, muito frequentada, era envolvida pela zona de prostituição, actividade que ainda persiste na toponímia, na designação da Travessa da Maria Lucinda, proprietária de uma das casas mais famosas da época. No fim do século, por volta de 1797, a Praia do Manduco passou a ser utilizada como cais.

Tal como no século anterior, a cidade portuguesa permanecia organizada em torno das igrejas e conventos, envolvidos por amplos espaços abertos e públicos, em contraste com a zona chinesa, situada a norte. Caracterizada por quarteirões de forma alongada, cortados por becos e travessas estreitas, era preenchida por habitações de dois pisos, dos quais o inferior era ocupado por comércio familiar

e pequenas unidades industriais de carácter artesanal. Os becos correspondiam, em regra, a espaços de circulação de peões, mas como não tinham saída adquiriam uma certa privacidade. A norte deste conjunto localizava-se a Rua da Praia Pequena, onde estava instalada a mais importante alfândega chinesa (Hopu). Era ainda o local de concentração de Chineses que trabalhavam nos *fatiões* (teang-fai), pequenos barcos velozes que cruzavam os mares da China. Todo este espaço constituía o Grande Bazar, que tinha como ponto fulcral a área de S. Domingos, Rua dos Mercadores, os topos orientais da Rua dos Ervanários e das Estalagens e na Rua da Palha, cujo topónimo se deve à concentração de estabelecimentos de venda daquele produto. Mais a norte, podia identificar-se uma outra mancha urbana, enquadrada pela Igreja de Santo António e pelo mar, que então chegava às Ruas do Tarrafeiro e do Botelho. Junto a esta proliferavam os *tancares* (Tan-Ka, ou seja, os barcos-habitações), cuja população se dedicava à pesca do camarão por meio de *tarrafas*, instrumento que deu origem à actual designação toponímica. Entre estes e a igreja residiam artesãos chineses cujas actividades ainda persistem, por exemplo, no nome das ruas, "dos Adufos" ou "dos Carpinteiros".

Para sudoeste de Santo António manter-se-ia a estrutura ocidental. A malha é organizada por edifícios religiosos — S. Paulo, S. Francisco, Santa Clara e Sé, definindo-se grandes quarteirões com amplos espaços livres envolventes. No sistema viário, ainda irregular, distinguiam-se dois eixos fundamentais: um que, passando ao longo do Senado, ligava a Rua Central a S. Paulo, e outro que articulava esta fortaleza com S. Francisco. No actual Largo da Companhia, na parte setentrional de S. Paulo, fixou-se a Companhia Holandesa das índias Orientais. Conhecida pelos Chineses por Jardim dos Holandeses, constituía um espaço de relação com o campo. Referências a casas de portugueses com hortas, datadas de 1764, confirmam a posição periférica deste conjunto.

Na estrutura de padrão ocidental é ainda de realçar a consolidação da zona da Praia Grande, entre os Fortes de S. Pedro e Bom Parto, como conjunto urbano. Era definido por uma larga avenida que corria paralelamente ao mar, cortada na perpendicular por travessas, que a articulavam com a Rua Central. A muralha foi parcialmente destruída, persistindo apenas o ramo oriental, entre S. Francisco e S. Paulo.

0 crescimento da população de origem europeia não foi suficiente para implicar uma expansão para além dos limites já definidos no século XVII. Pelo contrário, a população chinesa registou um aumento de 4000 indivíduos, quantitativo que se repartiu mais significativamente pelas povoações viradas para o Porto Interior. S. Lázaro manteve-se como núcleo de fixação dos chineses

cristãos; Lon-T'in-Ching e Mong-Há permaneceram como aldeias de agricultores, estendendo-se entre elas uma extensa várzea, que constituía o espaço agrícola fundamental para o abastecimento de Macau. Voltada para o Porto Interior, a Aldeia da Barra, ainda como centro de pescadores organizados em torno do Templo de A Ma, viu a sua população ser aumentada pela fixação de uma comunidade de persas, proveniente de Cantão, e que se dedicava ao comércio. A norte do Largo de Santo António, Patane, Sá-Kong e San-Kiu eram povoações ribeirinhas ligadas à faina marítima. Importantes pelos estaleiros e pelos depósitos de madeira, eram habitadas por uma população numerosa que vivia em cabanas e barracas de madeira, cobertas de colmo e apoiadas sobre estacas, fazendo lembrar habitações lacustres. Dispunham-se em banda, mas no todo definiam um conjunto desordenado. Estas aldeias eram zonas de grande insalubridade e infecção palustre, aspectos que se prolongavam ao longo do canal de Sankiu, que, atravessando Patane, chegava até às várzeas de Sá-Kong.

É ainda durante o século XVIII, que se introduziram novos modelos arquitectónicos de raiz europeia, expressando-se principalmente na arquitectura civil. A construção de uma frente de edifícios sobre a Baía da Praia Grande, formando uma grande rua ou passeio marginal, é o aspecto mais significativo. Tratavam-se de casas das companhias, residências da nobreza e até mesmo um Palácio do Governo. As fachadas abrem-se para o exterior através de sequências de varandas a nível do primeiro andar, e apresentam uma certa monumentalidade e alguns elementos decorativos. Para além das tradições portuguesas, estão presentes as influências inglesas através de marcos de um classicismo tardio.

Devido ao aumento da população chinesa na mesma época, surgem muitas novas habitações tradicionais na zona do Porto Interior, sobretudo no Bazarinho e nas áreas de ligação com a cidade alta, de ocupação portuguesa.

Algumas construções religiosas setecentistas integram as preocupações de uma estética barroca, como a Igreja do Seminário de S. José, implantada no cimo de uma ampla escadaria. A fachada ondulada, enquadrada por duas torres e rematada por um frontão, também ondulado, caracteriza-se por uma grande horizontalidade e por certa movimentação de volumes, acusando assim a planta centralizada de tipo barroco. Uma cúpula monumental assenta sobre o cruzeiro. Na mesma época construiu-se também uma nova capela dedicada ao Bom Jesus, situada próximo da Penha de França. No interior das áreas de ocupação chinesa surgiram novos templos como os de Ling Fong, Lin K'ai, Soi Ut Kum e Kuan Tai Ku.

Durante a primeira metade do século XIX, a estrutura da cidade vai-se

alterando e a arquitectura caracteriza-se por uma curiosa síntese de tradições e inovações. Criam-se novos espaços com os aterros nas zonas da Praia Pequena e do Manduco, definindo a continuidade da linha da costa e permitindo novas construções, e implantam-se cerca de 10 quarteirões regulares e alinhados, que ainda hoje existem entre as actuais Avenida 5 de Outubro e Rua do Guimarães, que constituem a primeira intervenção programada e definida com base em modelos geométricos regulares.

Outro aspecto importante da organização da cidade, nesta época, consiste na instalação dos cemitérios — o católico em 1837, nas ruínas de S. Paulo, o protestante em 1821 e o dos parses em 1829. Ao mesmo tempo, fora dos limites tradicionais da cidade, na Penha, Barra e Guia foram surgindo as *chácaras*, vastas propriedades com uma residência de veraneio.

No conjunto das novas tendências destaca-se também a criação do Jardim Botânico (actual Jardim de Camões), que significa o prenúncio de uma larga implantação de jardins e zonas verdes na cidade na segunda metade do século XIX.

Verifica-se, também, ser cada vez mais constante, definida e aceite a permanência paralela de estruturas económicas oficiais e do exercício do comércio ilícito pelos pequenos comerciantes locais, cujos rendimentos eram considerados avultados, mas impossíveis de controlar e contabilizar a nível das estruturas fiscais. Como consequência, verificar-se-á uma certa prosperidade nas poucas famílias macaenses que se traduziu num progressivo acumular de bens, que as fontes da época referem, mas só se expressa publicamente nas novas construções a partir de meados do século XIX.

A última fase do período das companhias estrangeiras em Macau corresponde à divulgação dos modelos do neoclassicismo com uma carga erudita que acaba por marcar a arquitectura. José Tomás de Aquino é um dos arquitectos com maior intervenção. Projectou diversas residências, teatros, igrejas, destacando-se a reedificação da casa Joseph Jardim, na Rua do Bom Parto, em 1834, uma nova Ermida da Penha, em 1837, o Teatro Luso-Britânico, em 1839, a sua própria casa na chácara de Santa Sancha (actual residência do governador), em 1846, e o Palacete da Flora, em 1848. No conjunto, são edifícios que se inspiram nos modelos do neoclassicismo académico e que progressivamente vão integrando a linguagem do eclectismo oitocentista.

Alguns aspectos da vida quotidiana:

As referências à vida quotidiana de Macau no final do século XVIII e primeira metade do século XIX são abundantes e diversas e surgem em documentos oficiais do Governo e do Senado, em descrições de estrangeiros que visitam a cidade ou nela residem e até mesmo em obras de conteúdo científico e erudito.. A documentação visual deste período, traduzida em aguarelas, gravuras, desenhos e pinturas, é também numerosa e regista apontamentos significativos relativos a cenas da vida quotidiana e a certas ambiências da cidade, e, ainda, diversas obras que integram colecções de museus retratam aspectos da vida e da paisagem urbana com grande verdade e expressão. Alguns levantamentos topográficos de que resultaram as plantas de 1808, 1820 e 1838, constituem um suporte rigoroso para o conhecimento da expansão urbana e o reordenamento das áreas tradicionais.

Na sua memória sobre Macau, de 1828, José Guimarães e Freitas refere-se ao aspecto da cidade: «as suas ruas são estreitas, porém calçadas, e os canos que abrigam rapidamente engolem a água das chuvas. A cidade é murada a norte e a sul. Daqui partem duas portas que comunicam com o campo. Entre as portas eleva-se o Forte de S. Paulo do Monte, a norte; a sul, existem dois fortes, entre eles o da Penha; três fortes defendem a baía, em cuja entrada aparece o de S. Tiago; num alcantilado aparece o da Nossa Senhora da Guia. Um extenso cais chamado Praia Grande oferece uma murada deliciosa; a parte ocidental goza a vista do porto e a de uma ilha dada outrora aos jesuítas ... ».

A população cristã repartia-se, então, pela Sé, S. Lourenço e Santo António, que contavam com 2130, 1720 e 456 habitantes, respectivamente. 0 número de Chineses elevava-se a 8000, mas extramuros o número ascendia a 22 500 chineses não cristãos.

A cidade portuguesa era também povoada por estrangeiros que trouxeram novos hábitos. Os Portugueses — militares, comerciantes e administrativos — eram católicos e as igrejas continuavam a ser pólos de atracção de vida colectiva. Os estrangeiros — comerciantes e seus familiares — eram fundamentalmente protestantes e construíram os seus locais de culto e cemitérios.

Os macaenses viviam dentro da cidade portuguesa e tinham assimilado muitos hábitos ocidentais, sobretudo no comportamento, vestuário e modos de vida. Esta cidade era, na opinião dos estrangeiros, elegante, com grandes casas junto das quais se abriam os quintais.

Sobre as condições de vida dos habitantes de Macau pode ter-se uma ideia pela transcrição de um extracto da carta do procurador da cidade de Macau, Pedro Feliciano de Oliveira, escrita, em 15 de Maio de1829, ao mandarim da Casa Branca, que lhe perguntava acerca do viver e do comércio em Macau: «A cidade tem menos população e as casas em menor número. Tendo permitido os imperadores habitarem nela, desde as Portas do Cerco até à Barra, os portugueses apenas habitam uma pequena parte, tendo livre as praias para desembarcarem e concentrarem os seus navios e alguns baldios para as suas hortas, mas de há vinte anos para cá a população chinesa, que era de 800 almas, cresceu para 40 000; das hortas e nos campos alugados aos chineses fizeram as suas várzeas, os baldios tomaram-nos os chinas para as suas boticas e até muitas casas de portugueses tomaram os chinas de aluguer e ficarem com elas sem pagarem os alugueres (tais são as de S. Agostinho, R. de S. Paulo, Gregório Abreu e Praia Pequena), que os chineses tomaram todas, edificando muitas barracas até no lugar em que era rua. Assim vão continuando pela Barra e pelo Patane, onde antigamente havia casas de portugueses, e estes reduzidos à Praia Grande e às casas do centro da cidade, reedificando-se quando estão velhas, não tomam terrenos, nem as suas igrejas. 0 bazar, que era fora da cidade, acha-se agora dentro dela e também a multidão de casas chinesas, não se podendo distinguir as dos homens bons das dos maus ... ».

Nos períodos de monção, a cidade foi constantemente flagelada por cataclismos que destruíram os cais e os principais edifícios. Em 1824, um incêndio destruiu parte do Convento de Santa Clara e, em 1825, outro arruinou o de S. Paulo e a respectiva igreja. Este núcleo, pertencente aos Jesuítas, fora já em parte desmembrado, em 1788, quando se demoliram a biblioteca e as oficinas. Novo incêndio atingiu, em 1835, a igreja, que se viu reduzida à fachada e muros. Posteriormente, tudo foi demolido por já não ser viável a sua recuperação, mantendo-se apenas a fachada principal da igreja com a escadaria de acesso. 0 interior do templo foi utilizado como cemitério cristão, a partir de 1838, e até à construção do novo cemitério de S. Miguel. 0 tufão que atingiu a zona, em 1831, provocou danos na zona da Praia Grande e houve que proceder à ampliação do passeio e melhoria dos muros de protecção e alguns edifícios foram reconstruídos com base em novos programas e modelos neoclássicos.

A área urbana chinesa aumentou em superfície, pois agregou novos quarteirões que correspondiam genericamente ao espaço compreendido entre as actuais ruas dos Mercadores, Camilo Pessanha, Travessas da Cordoaria, do Pagode e do Armazém Velho. A oeste, este conjunto era limitado pela actual Avenida 5 de Outubro; a sul, pela Almeida Ribeiro e a norte/nordeste pela Rua da Praia

Pequena, actualmente designada por Rua das Tercenas. Aqui encontrava-se a casa do mandarim e o *Ho-Pu* (alfândega chinesa) da Praia Pequena. Em frente deste conjunto localizava-se o bazar do peixe.

Os quarteirões longos e retalhados por becos, compreendidos entre as Ruas das Estalagens, Camilo Pessanha, R. dos Mercadores e Av. Almeida Ribeiro, eram ocupados por habitações chinesas, limitadas a sudeste pelo Grande Bazar (área do actual mercado de S. Domingos) por estabelecimentos de carpintaria mais ligados à actividade marítima. Esta originou também a instalação de um número significativo de armadores na Praia do Manduco, próximo da qual se instalara, em 1783, a alfândega portuguesa, localizada então na rua do mesmo nome.

As aldeias chinesas continuavam a manter uma vida própria e os campos que as rodeavam abasteciam a cidade portuguesa. Hortaliças e frutos eram os produtos mais numerosos, escasseando sobretudo a carne, fundamental nos hábitos europeus. Os templos eram os principais edifícios ordenadores destes aglomerados. Nos campos, sobretudo nas encostas, erguiam-se os cemitérios chineses, espaços religiosos simbólicos de grande importância para esta comunidade. Para além dos túmulos das famílias mais abastadas, que eram edifícios compostos por várias salas, estes lugares foram povoados por inúmeras sepulturas simples, abertas em forma de cova, mas igualmente um espaço sagrado e vital para a população, considerado de utilidade pública.

Facto significativo no primeiro quartel do século, foi o aparecimento de um periódico local. Trata-se do jornal A *Abelha da China,* que começou a publicar-se em 12 de Setembro de 1822, sob a orientação de um frade dominicano. Em 1824, passou a usar a designação *Gazeta de Macau,* que em 1834 se transformou na *Crónica de Macau,* acentuando cada vez mais o seu carácter regionalista. Em 9 de Julho de 1836, iniciou-se a publicação do *Macaísta Imperial,* que durou cerca de dois anos. Também neste período surgiu o *Boletim Oficial do Governo de Macau,* em 1838, veiculando a informação oficial e os programas do governo.

Dotada de uma vida própria peculiar, exótica e atractiva para a maior parte dos europeus, a cidade de Macau vivia a última fase do período colonial de raiz quinhentista e começava a indicar novos rumos que irão conduzir à expansão da área urbana e à fusão dos dois núcleos iniciais, com as consequentes transformações na cultura e na paisagem urbana.

Bibliografia:

KWAN, Wong Shin – *Macao Architecture. An integrate of Chinese and Portuguese influences*. Macau, 1970.

PIRES, Benjamim Videira, Pe. – *Os Extremos conciliam-se*. Macau, 1988.

TEIXEIRA, Manuel, Pe. – *Macau no século XVIII*. Macau, 1984.

TEIXEIRA, Manuel, Pe. – *Toponímia de Macau*, vol. I e II. Macau, 1979 e 1981.